

1 **ATA DA 4ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **14/04/2020 (terça-feira), de 14:00h às 17:20, através de videoconferência.** A
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 14/04/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Paulo de Tarso
7 de Lima Pimenta (CBH Guandu), Nelson Rodrigues dos Reis Filho (CBH Guandu), José
8 Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), José Paulo Azevedo
9 (CBH Piabanha) Luís Eduardo Amorim Ramos (CBH Piabanha), Marcos Sant'anna
10 Lacerda (CBH BG), Licius de Sá Freire (CBH R2R), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé
11 Ostras), João Gomes de Siqueira (CBH BPSI) e Carlos Ronald Macabu (CBH BPS) e
12 os convidados Lívia Soalheiro (SEAS), Magno Neves (CBH-BG) Marcus Russoni e a
13 equipe: Roberta Abreu (AGEVAP), Leonardo Guedes (AGEVAP) e Larah Emediato
14 Ribeiro (AGEVAP).

15 **Item 1. Abertura:**

16 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas vindas e
17 agradeceu a participação de todos, passando para o Item 2.

18 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

19 A pauta foi lida e, não havendo contribuições e pedidos de inclusão de pauta, foi
20 aprovada pelos presentes.

21 **Item 3. Aprovação da ata da reunião do dia 30/03/2020;**

22 Não houve solicitações de alterações na ata da referente reunião, todos os participantes
23 presentes concordaram em aprova-la.

24 **Item 4. Verificação da planilha de encaminhamentos;**

25 A planilha de encaminhamentos das reuniões foi projetada em tela para que todos
26 pudessem visualizar. Ela foi lida por **José Arimathéa** que pediu que aguardassem a
27 leitura para comentar e discutir os tópicos ainda não executados.

28 **José Arimathéa** disse que muitas das pendências são relacionadas ao ECOB, já que
29 a decisão do adiamento congela essas ações e sugeriu que fossem analisados após
30 maio. Comentou o tópico “Mecanismos para agilizar o processo de cobrança /
31 vinculação com o Licenciamento Ambiental”, que estava em responsabilidade de **Paulo**
32 **Eugênio** e que ele buscava acompanhar, mas não houve muita evolução.

33 **José Paulo** disse que há muitos pontos e que há necessidade de hierarquização e
34 priorização e comentou que as cartas para os times de futebol não eram
35 encaminhamentos urgentes. Observou que o CBH MPS está com a equipe
36 sobrecarregada e sugeriu que as demais Unidades colaborassem nos
37 encaminhamentos para que houvesse maior avanço nas pendências.

38 **João** concordou com **José Paulo** e se dispôs a ajudar com os encaminhamentos do
39 FFCBH no que for possível, principalmente nas atividades que possam ser realizadas
40 a distância.

41 **Lícius** disse que há concentração de tarefas nos funcionários da Secretaria Executiva
42 e sugeriu que quando fosse atribuir um responsável, que fosse observado quantos
43 encaminhamentos estão na responsabilidade de cada um. Disse que deveria haver o
44 hábito de enviar a tabela junto da convocação da reunião e durante a reunião, observar
45 se algum dos itens pendentes são interessantes para serem colocados em pauta.

46 **Paulo de Tarso** sugeriu que incluísse uma coluna para destacar as prioridades.

47 **José Arimathéa** sugeriu que passassem pelos itens pendentes para debater como
48 agilizá-lo. Voltou ao tópico “Mecanismos para agilizar o processo de cobrança /
49 vinculação com o Licenciamento Ambiental” e pediu que **Leonardo** comentasse sobre
50 o andamento, visto que ele havia tido contato com a evolução.

51 **Leonardo** disse que esse assunto vem sendo tratado em outros comitês ao longo do
52 tempo desde que houve discussão do reajuste da cobrança, aproximando a questão da
53 outorga com licenciamento ambiental. Pontuou que as maiores dificuldades
54 enfrentadas são as bases de dados, que são diferentes no setor de licenciamento e no
55 setor de outorga e não há uma comunicação fluida entre esses dois setores no INEA.
56 Disse que requer uma aproximação com a SEAS para que sejam traçadas soluções em
57 conjunto para unificar as bases de dados. Comentou que os maiores usuários de água
58 já estão sendo cobrados, mas que há uma margem de usuários que talvez não venha
59 a ter um impacto significativo na arrecadação, mas que são passíveis de cobrança.

60 **José Paulo** sugeriu que fosse feito uma seleção de itens urgentes para que fossem
61 discutidos ainda nessa reunião, para melhor aproveitamento do tempo.

62 **José Arimathéa** pontuou que o item explicado não possui mais responsável, assim
63 como outros que eram responsabilidade de **Paulo Eugênio**, comentando que esses
64 itens estariam a disposição para que algum comitê pudesse colaborar com a indicação
65 de um responsável de acompanhamento. Solicitou que esses itens fossem destacados
66 e que esse primeiro item fosse designado para alguém com conhecimento técnico.
67 Solicitou que a planilha fosse melhorada conforme as solicitações dessa reunião.
68 Comentou os encaminhamentos que se referiam a análise de projetos de lei em
69 andamento, dizendo que estas ações seriam mais efetivas com a realização da ação
70 de contratação de funcionário para acompanhamento da Alerj e informou já ter
71 conversado esse ponto com **André Marques** e que ele se comprometeu em agilizar
72 essa contratação. Comentou que o tópico de discussões virtuais sobre o ECOB já está
73 sendo iniciadas com essas videoconferências e que o item sobre a alteração para a
74 carta da CEDAE já havia passado do prazo de urgência, portanto foi cancelado.

75 **José Paulo** falou sobre o PL “André Corrêa” que já foi levado ao CERHI, mas foi
76 engavetado. Disse que deveriam resgatar esse PL, já que se trata sobre “desengessar”
77 a porcentagem de 70% dos recursos para saneamento, pegando os deputados da Alerj
78 que apoiaram o FFCBH anteriormente, para articular a volta desse PL a discussão,

79 afirmando que a intenção não é deixar de gastar recursos com saneamento, mas deixar
80 a critério dos comitês qual percentual será gasto.

81 **Marcos** comentou sobre o item em sua responsabilidade, referente a programação do
82 Encontro da Juventude no ECOB, dizendo que no ENCOB foi estabelecida a criação
83 de uma Rede Nacional de Fórum de Juventude, tendo atualmente 21 entidades filiadas
84 e que há a ideia de dividir o dia do Encontro Setorial da Juventude em dois momentos,
85 um para dar visibilidade e ampliar o Fórum de Juventude e o outro um diálogo com os
86 jovens sobre a aproximação da temática do Recursos Hídricos. Disse que esse é o
87 desenho de uma programação que seria sugerida e questionou se deveriam e se era
88 conveniente avançar com esse desenho, convidando as entidades do Rio de Janeiro
89 para dialogar sobre esse encontro, para que não trave a discussão e não ajude na
90 definição de programação no FFCBH.

91 **Maria Inês** disse que o CBH Macaé Ostras estava presente no primeiro encontro da
92 Rede e que ficaram surpresos ao perceber que apenas esse comitê do Rio de Janeiro
93 havia conseguido se articular a tempo assinar o manifesto de signatários. Comentou
94 que foi encontro proveitoso e reiterou a necessidade de os comitês de bacias
95 fortalecerem essa rede.

96 **Marcos** disse que vai encaminhar para a Secretaria do FFCBH para repassar aos
97 comitês o site da Rede de Fórum da Juventude e o manifesto de adesão. Informou que
98 a primeira reunião ocorreu dia 13 de março e que em breve irão realizar um encontro
99 virtual com as instituições que aderiram a rede.

100 **José Arimathéa** ponderou que a definição quanto a programação no ECOB deveria
101 ser feita em maio, já que havia ficado encaminhado retomar as discussões de
102 definições do evento para esse período. Comentou que diz respeito apenas do ECOB,
103 que nada compromete de envolver os comitês na Rede.

104 **Luís Eduardo** sugeriu que desse como concluído o item referente a Carta à CEDAE e
105 que os itens da planilha de encaminhamento em aberto fossem trazidos semanalmente
106 para discussão nas reuniões.

107 **Nelson** sugeriu que os comitês lessem o manifesto da rede de juventude e que definam
108 se irão aderir à rede.

109 **Vera** comentou que a carta da CEDAE havia sido redigida e enviada a todos, alterada
110 mediante a contribuições e enviada, mas que em reunião posterior do FFCBH
111 sugeriram novas modificações, ficando definido escrever uma nova carta, mas que
112 concordava que deveria ser dado como concluído, já que havia passado o momento.
113 Sobre o ECOB, comentou que a prefeitura de Itatiaia ainda não confirmou se o local
114 está disponível para o novo período previsto e, que caso não seja possível, será
115 necessário mudar de município.

116 **João** sugeriu que fosse formada uma comissão para construção ECOB para apresentar
117 em maio para o Fórum e **José Arimathéa** pediu para que essa questão fosse retomada
118 mais para frente.

119 **Maria Inês** ofereceu ajuda do CBH Macaé Ostras na realização da tarefa referente a
120 articulação de mecanismos de cobrança e licenciamento, dizendo que não assumiriam
121 a tarefa, mas que estariam dando apoio. Disse que levará a plenária, mas que
122 demonstrava apoio a secretaria do FFCBH.

123 **José Arimathéa** pediu para que cada comitê estivesse se manifestando quanto a quais
124 itens da planilha de encaminhamento poderiam participar, ressaltando que os
125 referentes ao ECOB deveriam ficar por responsabilidade da secretaria executiva, com
126 apoio dos demais.

127 **Item 5. Interpretação de manifestação das assessorias jurídicas da AGEVAP e**
128 **INEA sobre a relação CBH e Delegatárias;**

129 **José Arimathéa** introduziu o assunto, dizendo que foi trazido ao FFCBH pelo CBH BG
130 com a Resolução nº 84, que foi feita no comitê e faz referência a regulamentação de
131 como deveria ser o funcionamento da secretaria executiva do comitê (UD) no BG. Disse
132 que o comitê viu necessário formalizar essa relação através de uma resolução e
133 recebeu de resposta uma carta a assessoria jurídica questionando e não aceitando

134 essa regulamentação. Disse que o INEA também fez manifestações questionáveis
135 quanto ao entendimento do funcionamento do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
136 no estado. Informou que a última atualização dessa situação, o CBH BG enviou à
137 AGEVAP uma manifestação fazendo uma reanálise jurídica, contrapondo a carta
138 enviada pela assessoria jurídica da AGEVAP.

139 **Marcos** disse que no primeiro momento, quando foi enviado os documentos ao FFCBH,
140 sua fala foi chamando atenção ao que havia sendo tratado no CBH BG e as respostas
141 recebidas não citava o comitê, mas sim o relacionamento entre uma entidade
142 delegatária e um comitê e entre o órgão gestor e aquilo que o comitê também realiza
143 diante ao que entende do seu papel junto a secretaria executiva, portanto pediu para
144 que fosse descaracterizada como uma questão apenas do BG e que o cenário fosse
145 analisado. Disse que houve algumas questões internas no comitê em relação a
146 expectativas quanto a delegatária, o que levou, ao final de 2019, uma avaliação do
147 comitê que mostrava a necessidade de trazer de forma mais clara os fluxos e os
148 procedimentos. Destacou que a dinâmica de construção dessa resolução se deu em
149 parceria com a própria secretaria executiva, já que a discussão se iniciou ocorreu na
150 câmara técnica da CTIL na Sede do comitê com a presença de gerência e equipe da
151 secretaria executiva, que, ao ser colocado todos os pontos e artigos, também pode
152 colaborar, dando visões que foram acatadas. Disse que essa reunião foi na véspera da
153 plenária do comitê e que a **Lívia** pediu que não fosse analisado na plenária, logo o
154 ponto de pauta foi suspenso e foi convocada uma reunião extraordinária para essa
155 discussão, tendo o tempo hábil para refletir e trazer questões bem embasadas para
156 contrapor alguns pontos trazidos na resolução. Levantou os pontos importantes no
157 momento, diante do parecer da AGEVAP, dizendo que há um erro no uso da base de
158 análise, já que utilizaram a versão minuta da resolução, que trazia em um artigo a
159 questão de que houvesse a participação de membros do comitê dentro da comissão
160 julgadora para que houvesse esse acompanhamento, mas que esse artigo havia sido
161 modificado no dia da sua apreciação, trazendo em sua redação final como sendo a
162 comissão julgadora constituída pela equipe da entidade delegatária e com convite feito
163 a dois membros do comitê para acompanhar esse processo. Informou que a resolução

164 está estruturada de forma a contemplar fluxos e procedimentos no relacionamento do
165 comitê com a sua secretaria executiva e chamar a atenção sobre algumas questões de
166 cunho administrativo, sinalizando que na publicação de atos convocatórios ou editais
167 deve levar em consideração o texto sobre o comitê e sinalizar no processo licitatório o
168 endereço do comitê para retirada de documentação. Comentou que houve
169 estranhamento quanto a forma da reação, já que em momento algum há possibilidade
170 de a resolução ser questionada sob o aspecto de ilegalidade e o comitê usou como
171 base questões legais embasadas juridicamente trazidas pelas leis 9433/1997,
172 3239/1999 e 10881/2004. Disse que foi feito um documento em resposta a essa carta
173 da AGEVAP que traz embasamento legal que possibilita a abertura de um debate no
174 SG de Recursos Hídricos, chamando a atenção de que é feita delegação das funções
175 de agência de água à entidade delegatária e, portanto, transpõe que ela é controlada
176 por um ou mais comitês. **Marcos** comentou que no parecer buscaram trabalhar na visão
177 de uma autonomia administrativa-financeira da entidade delegatária que é mal-
178 compreendida, já que não é uma agência de água no contexto que a lei chama atenção
179 e que se negou e não aceitou que o comitê solicitasse prazos à secretaria, alegando
180 estar além de suas competências. Disse que a contra resposta analisa as fragilidades
181 do parecer da AGEVAP e pontua cada sinalização do jurídico sobre a compreensão
182 deles da resolução. Sobre o documento enviado pela procuradoria do INEA, disse que
183 a resposta a ele ainda será produzida, mas que se verifica uma fragilidade já que não
184 reflete a realidade, ou seja, há uma análise técnica desenhada para dar suporte à
185 avaliação errônea da procuradoria e constrói um apontamento baseado na minuta da
186 resolução, alegando que havia uma intenção do CBH de fazer parte da comissão de
187 processos licitatórios. Disse que na primeira parte do parecer a procuradoria declara
188 que não enxerga nenhum problema com a formalidade, reconhecendo que a
189 manifestação através de resolução é de competência do comitê, entretanto ao analisar
190 o conteúdo dos aspectos materiais, diz que tem como base o documento técnico
191 apresentado e levantou que se esse documento técnico não retrata a realidade, há
192 espaço para a procuradoria reavaliar a sua posição. Concluiu que trazendo esse
193 documento a assembleia, ajudará a amadurecer um debate e cooperar nesse
194 relacionamento junto a secretaria executiva e que os comitês podem, junto às suas

195 entidades delegatárias, desenvolver seus fluxos e realizar seus procedimentos
196 internos. Disse que a preocupação levantada pela delegatária era a possibilidade de
197 cada comitê realizar uma resolução, mas que esse argumento é frágil por não ser
198 coerente a um debate que é muito mais amplo, já que cada contrato de gestão também
199 traz uma especificidade.

200 **Magno** disse que a questão é entender alguns pontos: se a agência de água é a
201 secretaria executiva dos comitês ou não, se a delegatária é a agência de água e, por
202 fim, se incide sobre a delegatária a autonomia administrativa-financeira que a lei
203 importa à agência de água. Disse que a primeira questão está respondida nas leis no
204 artigo 41 da 9436/1997 e artigo 56 da 3239/1999. Quanto à segunda questão, ele
205 negou, dizendo que a lei faz uma diferenciação clara, quando diz que quando for criada
206 a agência de água, a delegação deixa de existir e exemplificou que a delegatária não
207 recebe todas as funções de uma agência de água, não podendo realizar cobrança.
208 Quanto à terceira questão, disse que o parecer afirma que é agência de água, mas não
209 é verdadeira porque a autonomia administrativa-financeira é dada ao ente público
210 agência de águas e não a entidade que recebe a delegação. Frisou que a delegação
211 parte do conselho estadual de recursos hídricos e o conselho de bacia e que o INEA é
212 a entidade executiva que assina com força legal, logo não normatiza, assim como a
213 entidade delegatária, sendo a normatização cabe a SEAS e os comitês e o conselho
214 estadual. Informou que a resolução trata de duas questões específicas, quanto a
215 processos licitatórios e quanto a relação da secretaria executiva com os comitês e os
216 dois pareceres trataram como uma informação só. Afirmou que não existe um conflito
217 sobre os processos licitatórios, já que a resolução não questiona ou diverge dos
218 procedimentos licitatórios, que houve equívoco na minuta, mas foi consertado na
219 plenária. Disse que o parecer da procuradoria do INEA diz claro que se baseou no
220 parecer técnico e que esse trouxe questões de interpretação equivocada, logo concorda
221 com **Marcos** que cabe espaço para pedir uma nova interpretação com base na
222 demonstração ampla da legislação, já que ambos os pareceres destacaram um artigo
223 da lei e tomaram como verdade absoluta e não analisando um conjunto de legislações
224 para entender a intenção da lei. **Magno** disse que será feito um pedido de revisão,

225 levando o embasamento legislativo completo para poder melhorar a interpretação e
226 posicionamento.

227 **João** ressaltou que o FFCBH está sendo o maior órgão de gerenciamento das ações
228 de gestão, legislação e relação entre os entes e lembrou que historicamente que esse
229 problema começou a ser conversado em 2015 e que depois foi levantado muitas vezes
230 no FFCBH. Disse que o CBH Guandu expôs aos comitês um problema técnico e
231 administrativo grave e que o CBH BG já estava passando por esse processo, mas que
232 o assunto não estava sendo discutido no Fórum. Disse que não vê a AGEVAP como
233 parte do sistema, principalmente ao emitir um parecer contrário à resolução de um CBH
234 e que, ao seu entender, não poderia acontecer, sem antes conversar com o comitê,
235 sendo ela um braço organizacional dos CBHs. Disse que quando o CBH BPS levantou
236 pendências da AGEVAP, a postura da delegatária foi combativa e o mesmo aconteceu
237 na resposta da assessoria jurídica. Opinou que um problema da AGEVAP tem sido
238 justamente esse não trabalho da assessoria com os interesses do comitê, não havendo
239 esforços para achar soluções para os levantamentos. Disse que concorda que os
240 comitês devem normatizar a relação com as secretarias executivas e que passou da
241 hora de ter essas definições para transformar a delegatária num braço executivo dos
242 comitês para poderem rever o contrato de gestão.

243 **Nelson** disse que vem pedido que a AGEVAP faça uma apresentação para dizer qual
244 era o seu papel e, vendo a missão e visão da agência, percebeu o porquê de alguns
245 colaboradores tomarem posições muito particulares do que seria inerente aos comitês.
246 Comentou que tem pautado o papel do Fórum, que não está no sistema propriamente
247 dito, mas tem um papel fundamental, principalmente político. Recomendou que fosse
248 lido com cuidado cada um dos documentos para visualizar como cada um dos entes se
249 veem dentro desse contexto.

250 **José Paulo** disse que a questão do BG deixou de ser uma questão específica e que
251 deveria ser evoluída no FFCBH e sugeriu que tentassem transformar essa questão dos
252 papéis em uma moção ou algo do gênero, invés de manter acreditando que tudo se
253 resolveria através do contrato de gestão. Disse que o ponto fundamental é conhecer os

254 papéis e o que precisa ser corrigido na definição de entes, mas que não deveria ser
255 esquecido o CERHI que tem uma importância maior que todos os demais. Disse que o
256 encaminhamento não deve se limitar em apoiar o BG, mas sim de forma mais profunda
257 a abranger todos os comitês.

258 **Marcos** concordou que é prudente começar a pensar de que maneira os comitês vão
259 se colocar diante a essa questão, que o BG está fazendo respostas em relação ao que
260 recebem, no entanto, no colegiado vale a pena se pensar em como construir uma
261 moção ou algum outro tipo de documento. Disse que estão iniciando uma conversa,
262 não focando em combate, de forma a seguir na direção na qual todos saiam ganhando,
263 trabalhando claramente competências e atribuições, havendo debates e não
264 imposições. Informou que fez uma colocação à DISEQ e se surpreendeu que o
265 documento foi encaminhado à procuradoria sem uma conversa com o comitê e que isso
266 era contrário ao dito por **Hélio** e **Diane** em reunião passada quanto ao desejo de
267 trabalhar em conjunto aos comitês. Manteve a sugestão de **José Paulo** de que os
268 comitês analisassem os documentos, alinhassem as opiniões e o Fórum formalizasse-
269 as em um documento. Sugeriu que é necessário realizar o debate sobre isso não só
270 com a delegatária, como será na reunião do dia 28/04/2020, mas também com o órgão
271 gestor e, quiçá com a procuradoria, opinando que as discussões devem ser focadas,
272 pois só dá para discutir contrato de gestão quando essas competências e atribuições
273 sejam definidas.

274 **Lício** disse que a relação com a delegatária no R2R é maravilhosa, que constroem
275 juntos essa relação. Quando dependem da sede o relacionamento vem crescendo,
276 estão construindo, trabalhando juntos. Disse que a relação entre o comitê e a
277 delegatária não só tem que ser bem entendida, sem subserviência de nenhum dos dois,
278 mas tem que crescer. Acrescentou que deve-se tomar cuidado quando se faz uma
279 moção em conjunto, já que não há uma forma igual para todos os comitês. Ressaltou
280 a fala do Paulo de Tarso, sobre a importância de discutir o custeio das delegatárias.
281 Disse que vai fazer contato com a diretoria, para imediatamente se manifestarem e que
282 os outros comitês também deveriam se posicionar.

283 **Marcos** disse que não se está sendo analisada a relação e dificuldades particular da
284 secretaria com o comitê, mas sim ao melhor entendimento que se possa dar em
285 competência e atribuição dos comitês e resolução desse conflito de enfrentamento
286 legal. Levantou uma fala de **Maria Inês** de que toda moção deve ser debatida dentro
287 dos comitês e concordou com essa colocação, dizendo que é importante que os
288 documentos sejam debatidos pelas diretorias para que haja uma deliberação do Fórum,
289 que deve ser uma decisão unânime e, caso não seja, deve-se destacar quais comitês
290 do FFCBH estão se manifestando nesse documento, que não necessariamente precisa
291 ser uma Moção.

292 **José Arimathéa** disse que essas definições são importantes também para o futuro, pra
293 regulamentar e regularizar para os próximos diretores e representantes do FFCBH.

294 **José Paulo** disse que essa etapa de discussão de como melhorar não se finaliza com
295 essa moção, mas que há uma série de atitudes no inconsciente da AGEVAP
296 observadas na resposta ao BG que são inadmissíveis e que deveriam aproveitar
297 comitês que tem boas interações com suas secretarias para reforçar que não se quer
298 brigas e discussões, mas sim esclarecer as dúvidas.

299 **José Arimathéa** concluiu que deveria ser redigido um documento do FFCBH com a
300 manifestação sobre a necessidade de realizar uma construção conjunta dos
301 mecanismos de funcionamento da estrutura de gestão e disse que o documento deveria
302 estar a nível de resolução do Fórum, já que deve ser resolvido rapidamente. Deliberou
303 que fizesse uma adequação desse documento para o órgão gestor para que fosse
304 debatido também nesse âmbito, solicitando ajuda de **Marcos** para elaboração desses
305 documentos.

306 **Paulo de Tarso** disse que concorda que deve amadurecer um debate, mas que
307 gostaria que esse assunto fosse discutido dentro da diretoria do comitê.

308 **José Arimathéa** disse que na quinta feira (16) esse documento seria formalizado e
309 enviado aos comitês para que fossem debatidos com suas respectivas diretorias na
310 semana seguinte.

311 **Marcos** disse que é importante que todos os comitês encaminhem as suas diretorias
312 todo os documentos citados na reunião para que eles se inteirassem e refletissem no
313 assunto antes de receberem os documentos do FFCBH.

314 **José Arimathéa** solicitou que **Roberta** enviasse esses documentos pelo e-mail e que
315 os comitês replicassem dentro de suas diretorias. Pediu que o vídeo da fala de **Marcos**
316 e **Magno** fossem enviadas para ajudar na contextualização.

317 **Item 6. Assuntos Gerais;**

318 **Paulo de Tarso** comentou que houve reunião do Guandu e **André** disse que está
319 havendo problemas de repasse de custeio e que farão uma carta do Guandu em relação
320 a isso e trazia ao Fórum para deliberação. **Lício** disse que essa é uma pontuação
321 importante e que levará a diretoria do CBH R2R para redigirem uma carta ao INEA.

322 **José Arimathéa** informou que havia sido informado que as delegatárias já não
323 possuiriam recursos para realizar o próximo repasse salarial e que **Hélio** havia
324 sinalizado uma data de repasse de recursos, mas que achava importante realizar uma
325 carta de cada um dos comitês e também do Fórum questionando o INEA quanto a
326 liberação do recurso para que haja uma posição do órgão gestor, já que os
327 colaboradores seriam colocados em dificuldades durante esse período complicado.

328 **Marcos** disse que o entendimento do representante da parte financeira do INEA que
329 estava na reunião do GT FUNDHRI é que diante a dificuldade financeira que o estado
330 vem passando não seria prioridade providenciar a questão de custeio na solicitação.
331 Disse que já solicitou ao MP uma manifestação de data para realizar uma reunião virtual
332 para seguir os próximos encaminhamentos, que defende que seja priorizado o custeio
333 nesses recursos, mas não se lembra de ter visto este item nos repasses da 7ª e 8ª
334 parcelas. **Marcos** reforçou o encaminhamento da semana anterior, dizendo que o INEA
335 não enviou ao BG a resposta formal do motivo no qual a solicitação de repasse de
336 recursos não foi contemplada e pediu que o FFCBH reforçasse. **José Arimathéa** pediu
337 para que fosse incluído na carta a ser enviada ao INEA.

338 **Luís Eduardo** disse que precisa reduzir o tempo de reunião de duas horas no máximo
339 para não ficar cansativo. E **José Arimathéa** sugeriu que as pautas tenham horas
340 definidas para discussão.

341 **Item 7. Encerramento.**

342 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:20. A
343 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
344 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

345

APROVADA! AGUARDANDO ASSINATURA*

José Arimathéa Oliveira

Coordenado Geral FFCBH

João Gomes de Siqueira

Coordenador Adjunto FFCBH

*As atas foram aprovadas em assembleia e serão assinadas posteriormente devido a situação atual de pandemia.

ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.